

.....

Este estudo visou caracterizar as implicações na constituição da subjetividade das crianças que são exploradas no/pelo trabalho, compreender como se apropriam das experiências vividas nas relações de trabalho, analisando os sentidos e os significados atribuídos a estas vivências. A pesquisa privilegiou nos discursos das crianças, os diversos sentidos e significados que elas dão para o trabalho e para si mesmas, em uma relação caracterizada pelas condições de exploração.

Palavras-chaves: Constituição da subjetividade.
Trabalho Infantil. Exploração.

This study aimed at characterizing the implications on the constitution of the subjectivity of children who are exploited at/by work and to understand how they absorb the experiences they live through work relations, analyzing the senses and meanings attributed to these experiences. The research focussed on the children's discourses concerning the various senses and meanings they attribute to work and to themselves in a relationship characterized by conditions of exploitation.

Keywords: Subjectivity constitution. Child Labor. Exploitation.

* O trabalho completo deste artigo pode ser encontrado na dissertação de mestrado "Um estudo sobre as implicações na constituição da subjetividade das crianças exploradas no/pelo trabalho", sob orientação da professora doutora Alexandra Ayach Anache.

Estudo sobre a Constituição da Subjetividade de Crianças Exploradas no/ pelo Trabalho.*

Lara Nassar
Scalise

Professora da Universidade
para o Desenvolvimento do
Estado e da Região do
Pantanal - UNIDERP e
bolsista da Fundação
Manoel de Barros e
UNIDERP.
larascalise@terra.com.br

1 Introdução

A Sociedade Contemporânea vem enfrentando uma série de fenômenos vinculados às questões de ordem política, econômica, histórica e cultural que negligenciam de diversas formas os direitos fundamentais e essenciais à proteção integral à criança. No decorrer desta pesquisa trataremos de um assunto complexo e polêmico que é o trabalho infantil.

De acordo com a análise da Unicef (1999) sobre a situação mundial da infância em 1997, o trabalho infantil é considerado como imposto à criança, podendo ser de risco, exploração, perigoso e insalubre e que certamente poderá trazer prejuízos ao seu desenvolvimento.

A Unicef (1999) classifica como situações de risco e exploração no trabalho: 1) atividades em período integral ou com muitas horas; 2) que provoquem excessivo estresse físico, emocional ou psicológico; 3) vida nas ruas em más condições; 4) ausência ou remuneração inadequada; 5) responsabilidade excessiva; 6) que impeçam o acesso à educação; 7) que comprometam a dignidade e a auto-estima, prejudicial ao desenvolvi-

mento social e psicológico e 8) que põem em risco sua saúde física.

Outro elemento importante que devemos apresentar é referente as modalidades, que agrupam as crianças em relação ao tipo de trabalho realizado. Após reflexão de diferentes classificações

O objetivo principal da pesquisa está em dar voz a estas crianças que se encontram diante do trabalho como garantia de sobrevivência familiar.

adotamos a da Unicef (1999), que agrupa o trabalho infantil em sei tipos principais:

1. “Os serviços domésticos – de todas as crianças trabalhadoras, aquela que trabalham no serviço doméstico são as mais vulneráveis e as mais difíceis de proteger.
2. O trabalho infantil forçado – ocorre, principalmente, na Ásia Meridional, embora haja registros também em outras regiões. Neste sistema, crianças são entregues por seus pais a proprietários de fábricas como forma de resgate de pequenos empréstimos. Não se tem notícia dessa atividade no Brasil.
3. Exploração sexual comercial – não há dados confiáveis, mas estima-se que um milhão de meninas em todo o mundo sejam objetos de exploração sexual.
4. Indústria e agricultura – em algumas áreas, as crianças representam um terço da força de trabalho e estão envolvidas em mais de 40% dos acidentes de trabalho registrados.
5. O trabalho de rua – cruel e perigoso, ameaça o desenvolvimento físico e psicológico e, muitas vezes, a própria vida das crianças. Não são crianças de rua, são crianças na rua, que voltam sempre para suas casas.
6. Trabalho para sua própria família – é o trabalho mais comum. Embora desenvolva a consciência da importância de seu trabalho para ajudar a família, freqüentemente exige muito dela, impedindo-a de freqüentar a escola e prejudicando seu desenvolvimento pleno.” ([wysiwg://conteudo.100/http://www.geocities.com/Paris/Musee/3193/dados.htm](http://www.geocities.com/Paris/Musee/3193/dados.htm))

O objetivo principal da pesquisa está em dar voz a estas crianças que se encontram diante do trabalho como garantia de sobrevivência familiar. A partir dessa proposta inicial foram se abrindo

outras questões com a finalidade de oferecer uma reflexão sobre esse assunto. Para esse fim, ouvimos as crianças, sua família, os participantes do Fórum Estadual de Prevenção, Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho devido seu caráter de debate sobre o assunto.

Elegemos como sujeitos da pesquisa crianças trabalhadoras da zona urbana na cidade de Campo Grande,

Mato Grosso do Sul, escolhidas aleatoriamente através de indicações de algumas pessoas de nosso convívio e também observando nas ruas, os ambulantes, aqueles que estão no mercado informal.

As 8 (oito) (quatro no trabalho informal nas ruas e quatro no trabalho doméstico), crianças, sujeitos desse estudo foram representativas no que se refere ao conjunto da população que vive nas condições de exploração pelo trabalho na zona urbana de Campo Grande.

Aqui estão alguns dados pessoais e a característica de trabalho das crianças entrevistadas, cabe frisar que os nomes são fictícios apresentando-as em ordem das realizações das entrevistas:

- C1 - Pedro, 10 anos, vende raízes numa banca com o pai.
- C2 - Ana, 8 anos, realiza o trabalho doméstico e cuida de 2 irmãos menores junto com outra irmã mais velha.
- C3 - João, 11 anos, realiza o trabalho doméstico e cuida da irmã menor.
- C4 - Maria, 8 anos, vende amendoim nas ruas com a avó, cuida de um bar de sinuca na frente de sua casa e realiza trabalhos domésticos.
- C5 - Luís, 9 anos, vende amendoim nas ruas com avó.
- C6 - Rodrigo, 7 anos, vende amendoim nas ruas com avó.
- C7 - Lucas, 8 anos, realiza o trabalho doméstico e cuida de 2 irmãos menores.
- C8 - Paula, 7 anos, realiza o trabalho doméstico.

2 Revisão da literatura

Pretende-se com a pesquisa compreender como as crianças se apropriam das experiências vividas nas relações de trabalho, ou seja, quais são os significados e sentidos atribuídos a essas vivências para a constituição de sua subjetividade.

Para Rey (2003, p.202) “a subjetividade é um fenômeno individual, e apresentá-la como um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independente de quem em ambos os momentos de sua produção reconhecamos sua gênese histórico social” tem por objetivo superar a fragmentação e a dicotomia entre o individual e o social que têm inspirado no campo.

O autor acredita que ela não está associada apenas às experiências do sujeito no momento atual, mas a forma que estas adquirem sentido e significação no processo de constituição subjetiva da história, que pode ser tanto a nível social como individual.

Desta forma a subjetividade do sujeito é encarada como processos complexos do qual o sujeito está intimamente ligado como ser constituinte e constituído concomitantemente.

A pesquisa pretende abordar o sujeito, enquanto homem ativo, social e histórico, que se revele através de sua integralidade. Deste modo refuta a concepção de natureza humana, que considera o homem concebido *a priori*, como se fosse um produto imutável.

Segundo Molon (1995), ao discutir “A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vigotsky”, afirma que é através da mediação semiótica que efetivamente o sujeito se constitui, no confronto com Eu - outro das relações

sociais, compreendido, portanto, na vida social e histórica.

O que nos remete a conclusão de que “o discurso não é um território homogêneo com sentidos únicos, mas um local de conflitos e lutas sociais, no qual surgem e se transformam diferentes significações.” (Kassar, 2000: p.45) Isto ocorre pelo fato de que ao nos apropriarmos do discurso, estamos também nos apropriando de conceitos, valores ... os quais incorporamos, modificamos, recusamos e o que acabará resultado nos diferentes modo de pensar e dizer o assunto.

Nesse sentido a pesquisa assume a concepção da condição humana, onde segundo Bock (1999) na relação com outros homens, o indivíduo é capaz de construir formas de satisfações de suas necessidades. E é nesta busca de satisfação das necessidades e de sobrevivência, que o homem estabelece relações com a natureza, modificando-a e dando origem a novas necessidades e conseqüentemente a novas formas de relações para satisfazê-las.

Sendo assim, as relações sociais mudam na medida em que estas necessidades se transformam, criando novas formas de atividades humanas. Neste ínterim o trabalho pode ser entendido como uma atividade humana capaz de transformar a realidade, sendo modificada pela mesma, de tal forma que através dele podemos ser capazes de compreen-

Neste ínterim o trabalho pode ser entendido como uma atividade humana capaz de transformar a realidade.

der como a sociedade se organiza no decorrer da história.

“(...) o homem produz o homem, a si próprio e a outro homem; como o objeto, que é a atividade imediata de sua individualidade, é

ao mesmo tempo seu próprio modo de existência para o outro homem, o modo de existência deste e o modo de existência deste para ele". (Marx, 1978: p.09)

Em suma, é através do processo histórico que a realidade social se transforma, buscando sempre novas formas de produzir a vida exigindo na mesma proporção outras formas de organização social. Sendo que é o trabalho que dá ao homem a capacidade de produzir a si próprio, enquanto ser ativo e histórico, um ser que é capaz de transformar a natureza e modificar-se a partir dela continuamente a cada momento.

3 Materiais e Métodos

A construção da metodologia da pesquisa está organizada em três etapas: inicialmente nos Fóruns Estaduais pela Prevenção, Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho realizados durante todo o ano de 1999, com a criança trabalhadora e por último com a família na figura de um responsável.

Nos fóruns gravamos as falas aleatórias dos participantes quando expunham alguma opinião ou idéia sobre o trabalho infantil, sem intervenção alguma por parte da pesquisadora. Também utilizávamos um diário e campo para as anotações de alguns detalhes que chamassem nossa atenção.

É através do processo histórico que a realidade social se transforma, buscando sempre novas formas de produzir a vida.

Com as crianças dividimos a entrevista em três partes: primeiramente utilizamos o desenho livre como uma forma de quebra-gelo, logo após um painel com figuras de crianças trabalhando que propiciasse a compreensão

da visão sobre o trabalho infantil, seguido de algumas perguntas para maiores esclarecimentos do que foi apresentado e por último terminamos a entrevista, baseados num roteiro previamente elaborado que abordou temas gerais sobre suas vivências e experiências principalmente em relação ao trabalho.

Finalizando com a família realizamos uma entrevista semi-estruturada através de roteiro pré-estabelecido com o objetivo de obter a visão da mesma frente à situação vivenciada pelo seu filho em relação ao trabalho infantil.

Utilizamos como instrumentos de pesquisa a gravação em fitas de áudio, sendo as entrevistas transcritas e complementadas com um diário de campo para posterior análise.

4 Análise e resultados

Conforme a proposta de trabalho optamos para análise dos resultados o método dialético, que compreende a realidade contraditória no processo histórico em constante transformação, importante para a apreensão das relações constitutivas do sujeito imerso no desenvolvimento social.

A fim de compreender os pensamentos socialmente constituídos pela criança diante da sua prática social em relação ao trabalho, a

entrevista foi elaborada através da proposta de história de vida, que segundo Minayo (1993), consiste numa estratégia de compreensão da realidade, onde o pesquisador interage a

tudo momento com o entrevistado, a fim de compreender como o depoente interpreta suas experiências de vida, normalmente são através de roteiros mais ou menos centrados em um tema.

O Trabalho Infantil na voz dos sujeitos

Diversos motivos e interesses sustentam as concepções sobre o trabalho infantil, deste modo, reservando para as crianças lugares e olhares diferentes de acordo com as condições sociais em que estão inseridas.

Diante das falas dos participantes do Fórum constatamos uma concepção do termo *trabalho infantil ligado ao sentido de “ajuda”*, onde uma mesma atividade realizada por um adulto é considerada trabalho, enquanto que para a criança é vista como uma forma de “ajuda” complementar para a subsistência de sua família.

Por exemplo, podemos observar nesta fala de um dos participantes do Fórum, que o trabalho quando realizado pela criança é questionado enquanto tal, o que acaba posicionando-a como “ajudante” do trabalho da família.

“... É a própria questão do trabalho, o que é trabalho, quando se coloca, ah! a criança está ajudando a família lá na no sem terra como foi colocado né, ao lado do pai, o pai perguntou pô, o meu filho não pode mais me ajudar...” (participante do Fórum)

Nos fóruns foram apresentados alguns relatos que desvalorizam o trabalho da criança, definindo-o como um tipo de brincadeira realizado por ela no ambiente de trabalho, como demonstram as seguintes falas:

“Que trabalho é esse?¹ ...meus amigos, isso não é trabalho, isso é uma brincadeira, pra nós. Pra nós que somos acostumados a trabalhar, agora para quem não é acostumado a trabalhar, meus amigos. Tudo é trabalho.” (participante do Fórum)

“E se você for no barracão, vocês vão vê ... então eu não obrigo minha filha trabalhá, de 7 anos, mais é uma coisa que ela pensa que é

brincadeira, e ela fica né?” (participante do Fórum)

Por outro lado, é evidenciado um discurso em oposição à idéia de que a atividade da criança não é considerada trabalho.

“E aqui está sendo considerado todo tipo de trabalho, e o trabalho dentro de uma empre-

As considerações apresentadas remetem à discussão a respeito das diferenciações entre o trabalho “tolerado” e o “proibido” para as crianças.

sa, e o trabalho dentro de uma propriedade rural, é o trabalho informal nas ruas, é a prostituição infantil, e o tráfico de drogas e o trabalho doméstico, é o trabalho domicílio, tudo é trabalho.” (participante do Fórum)

À essa problemática, associa-se a idéia de que a atividade de trabalho não provoca malefícios no desenvolvimento infantil, pois segundo os participantes do Fórum há um cuidado em relação a atividade² que está sendo realizada pela criança não lhe conferindo segundo o discurso prejuízos.

“Eu falo o seguinte, que o formol ele é tóxico, é tóxico, até pra adulto, certo? ... Ele pode passar o pai de família, pode passar o formol aonde a sua filha, não vai estar na região. Não prejudica a criança. Porque o formol, com 2 horas tira todo o efeito.” (participante do Fórum)

Mostram-se também atentos na carga de trabalho que é utilizada por ela.

“Lógico que o pai sem terra que está plantando tem que ver qual é a carga de trabalho que esta criança pode estar se utilizando.” (participante do Fórum)

Estas considerações remetem à discussão a respeito das diferenciações entre o trabalho “tolerado” e o “proibido” para as crianças, como podemos observar através do relato a seguir.

“... então eu acho é importante saber separar que, o que que é atividade tolerado e o que

¹ Estava falando em relação ao trabalho na sericicultura, “bicho-da-seda”.

² Esta sendo exposta a atividade de trabalho em relação a cultura do Bicho-da-seda.

que é atividade proibido...” (participante do Fórum)

É importante colocarmos que há outras posições a respeito do assunto, assim, para alguns participantes do Fórum consideraram que

“Tolerado e intolerável, pra mim todo trabalho infantil é intolerável. Não se tolera traba-

cessário para sustentar as suas famílias.” (participante do Fórum)

Diante de tais considerações achamos importante expor o relato de um médico especialista em segurança do trabalho da Delegacia Regional do Trabalho, abstraído de uma palestra reali-

zada no Fórum, dia 07 de outubro, em Campo Grande, na qual falou sobre a saúde da criança trabalhadora afirmando que:

“Outra coisa que é um drama, que danos ocor-

Diante do discurso do trabalho “tolerado” para as crianças é fundamental perguntarmos: quem estabelece e determina os critérios possíveis para esse tipo de trabalho?

lho infantil, este termo tolerado intolerável, inócuo. Criança não tem que trabalhar.” (participante do Fórum)

Sobre estas questões surge a necessidade de alguns esclarecimentos como: Será realmente que há uma preocupação com a atividade que a criança está realizando? Ou estas questões representam um discurso velado para que seja “aceito” a mão-de-obra infantil? Será que discutir “o que pode e o que não pode” para o trabalho infantil, não encoberta o mesmo?

Diante do discurso do trabalho “tolerado” para as crianças é fundamental perguntarmos: quem estabelece e determina os critérios possíveis ou não para o trabalho de crianças? E principalmente, quem fiscaliza o cumprimento desses critérios? Próprio ou impróprio? Tolerado ou proibido? O que podemos perceber é que este discurso acaba se rendendo a necessidade da utilização da criança no trabalho enquanto suplemento de renda para a sobrevivência da família demonstrada claramente na seguinte fala:

“... e na ordem econômica eu acho que indispensável também, e é algo que nós estamos trabalhando já, eu acho que irrecusável o trabalho, é do lado econômico para aumentar o rendimento familiar; de nada adiantaria nos falarmos hoje, em conscientização, tirar a criança do trabalho, senão, se na parte econômica ele não tem condição de sustentar a sua família. Então eu acho importantíssimo que as propriedades, tenham a o rendimento ne-

ridos nesta fase da vida, danos a saúde vão ser sentidos durante toda a vida adulta, até o falecimento desta pessoa. ... os parâmetros utilizados para a saúde de adultos não servem para a proteção da saúde das crianças e adolescentes, inclusive se tem apenas um deles que é o instituição dos limites de tolerância ... que seriam concentrações ambientais de agentes químicos ou a intensidade de agentes físicos, como o barulho por exemplo, né? ... existe limite de tolerância para criança e adolescente? Não. Então essa esse esse argumento já foi pro brejo, ... o artigo 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, usam o trabalho perigoso, ou seja, se existe risco eminente, nem com EPI, e por fim quando o risco é grave o EPI, não elimina insalubridade, trabalho e saúde perigoso é proibido. E ainda para agravar a situação, estas crianças e adolescentes ainda vão ser submetidas a um trabalho que vai exigir esforços físicos, esforço físico exigido da mesma forma que exigiria de um adulto.” (médico especialista em segurança do trabalho)

Concluimos, portanto, que o discurso de que o trabalho não prejudica a criança e que há uma preocupação frente as atividades realizadas por ela, não condiz com a realidade, como acabamos de observar no discurso acima do médico especialista em segurança do trabalho.

Caminhando um pouco mais dentro da perspectiva do trabalho da criança sentido como “ajuda”, observamos a partir dos depoimentos das famílias entrevistadas, de que compartilham com a idéia de que a atividade realizada pela criança não é considerada trabalho, seja no trabalho doméstico ou produzindo diretamente renda para a família no

trabalho nas ruas, não há uma concepção real de que ela trabalhe. Como podemos observar na fala da mãe de Pedro:

“... assim quando tive a idade, de trabalhá né? Porque agora, né. Criança não trabalha...” (família)

Neste sentido, percebemos que a família também não valoriza o trabalho de seu filho enquanto trabalho, considerado a atividade realizada como “ajuda”, o que varia é que as diferentes histórias familiares, refletem diversos sentidos para essa visão:

“Ajuda” como forma de garantia da subsistência familiar:

“ah, o que eles vendem eles vendem pra mim, eles a vedem pra ajudá a mim, então é pra mim que eles dá, daí eu compro o que comê dentro de casa, ajudo eu paga a luz né, a água, é isso aí que a gente faz com o dinheiro?” (família)

“Ajuda” como forma de auxílio em casa, na atividades domésticas.

“ajuda mas na parte da manhã né, e a irmã dela estuda de manhã aí ela chega, daí elas vão pra escola as outra duas aí a maior fica cuidando dos irmão menor” (família)

“Ajuda” como forma de garantia de um futuro melhor:

“então eu sempre falo pra eles é dentro de casa me ajudando o pai dele me ajudando pra gente cresce futuramente” (família)

São, portanto, crianças que “ajudam”, deste modo não são consideradas trabalhadoras. Novamente podemos observar diante da fala da mãe de Paula a desvalorização do trabalho infantil, ao tratá-lo como algo insignificante, nomeando como “coisinhas” as atividades realizadas pela filha.

“cada uma faz alguma coisinha, né. E não é coisa pesada assim, é uma coisinha tirá o lixo colocá na rua, tira um lixo de um banheiro, enchê uma garrafa, eu deixo aquela responsabilidade pra ela fazê.” (família)

Final o que é o trabalho infantil? Percebemos que a discussão não deixa claro a definição do trabalho quando realizado pela criança, deste modo, sen-

do considerada como “ajudante” na atividade realizada por ela. Porém, ao levar em conta a idéia do trabalho infantil como uma forma de “ajuda”, é necessário analisar como ocorre a apropriação desse discurso por ela.

Diante do painel de figura a utilização da mão-de-obra infantil aparece associado ao sentido de “ajuda”, como podemos observar na fala de Lucas ao relatar que as crianças precisam ajudar os pais.

C7 - Lucas: “Uma coisa pra ajudá os pais deles.”

Pesquisadora: “Por que que eles precisam ajudar os pais?”

C7 - Lucas: “Por que os pais precisam de ajuda.”

Portanto como a criança vê a sua própria atividade? Quais os sentidos que dá para seu próprio trabalho? No processo de apropriação dos pensamentos dos outros como ela “filtra” esses discursos?

Observando a fala da criança a respeito do seu próprio trabalho, percebemos claramente que há presença do sentido de “ajuda”, entretanto, ao contrário do discurso da família e dos participantes do Fórum, ela valoriza sua ação. O que segundo Gouveia (apud Bonamigo, 1983, p.61) a realidade do trabalho infantil é sentida pela criança como uma “necessidade transfigurada em virtude”, como demonstrado por Ana e Lucas:

C2 - Ana: “Bom, bom, lindo, ajudá as mãe, muito bom, muito lindo.”

... portanto, como a criança vê a sua própria atividade? Quais os sentidos que dá para seu próprio trabalho?

C7 - Lucas: “Bom, por que eu tô ajudando a minha mãe.”

Porém em alguns momentos as falas de Maria, Ana e Paula revelam que atrás desta valorização há uma “aceitação”

velada em relação ao trabalho, consequência muitas vezes do medo da punição, o que acaba refletido em submissão por parte da criança em relação aos seus pais. Observamos, portanto, como a criança se sente coagida na “obrigação” da realização do trabalho.

C4 - Maria: “Por que tem dia que eu não quero fazer nada, por que tô cansada.”

Pesquisadora: “Aí ela fala o que pra você?”

C4 - Maria: “Ela fala assim: você não vai fazer não, aí ela me bate.”

C2 - Ana: “É limpo o terreiro, ajudo a minha mãe limpar casa também, e ajudo meu pai, ele sempre tem que bater na gente pra gente fazer alguma coisa, ele não precisa de bater na gente pra gente fazer serviço, ele só precisa falar. Mas como meu pai é chato, mal, né ele faz tudo isso.”

C2 - Ana: “pra ajudar minhas mãe, meu pai. Menos o meu pai muito, porque ele fica batendo na gente, não sei porque motivo, pra porque a gente não faz nada pra eles, a gente só, eles manda a gente fazer eles bate na gente.”

C3 - Paula: “por caso da minha mãe por que ela pede aí e eu obedeço ela e faço o serviço que ela mando.”

Neste sentido é nítido o sentimento de insatisfação provocado pelo trabalho, como podemos perceber através das colocações de João e Maria ao demonstrarem o desejo de pararem de exercer a atividade que realizam.

C3 - João: “Eu? Eu não queria ficar mais nessa vida aqui não mudá, mudá pra outro país daqui.”

C4 - Maria: “Pará de trabalhar.”

Pesquisadora: “Parar de trabalhar? Por que?”

C4 - Maria: “Por que sim, é chato. A gente fica andando na rua, ainda vem embora onze hora, um dia nem tinha ônibus a gente...”

... sabemos que a utilização da mão-de-obra infantil se observado no montante da sociedade refletirá a lógica do sistema social do país...

Além da insatisfação, Maria, Luís, Ana e Lucas em seus relatos tornam-se porta vozes dos sofrimentos vivenciados pelas crianças diante das atividades de trabalho em que estão sujeitas a realizarem.

C4 - Maria: “Eu fico andando muito.”

Pesquisadora: “O que que tem?”

C4 - Maria: “Que a gente fica cansada”

C5 - Luís: “De fica andando?”

Pesquisadora: “Por que?”

C5 - Luís: “Porque cansa.”

Pesquisadora: “Cansa, cansa o que?”

C5 - Luís: “andá.”

C2 - Ana: “Ah, não gosto porque a gente, nas costas, na coluna dói, não gosto de fazer muitas coisa, é não gosto de fazer um pouco des coisa, pra nossas costa, i nossas costas e a coluna não doe, mas quando a gente vai dormir a gente deita assim, tem que deitá, é, não deitá rápido porque senão vai doe mais.”

C7 - Lucas: “Descansá.”

Pesquisadora: “Por que descansar?”

C7 - Lucas: “Não sei.”

Pesquisadora: “Por que você quer descansar?”

C7 - Lucas: “Eu tô cansado.”

Pesquisadora: “Tá cansado do que?”

C7 - Lucas: “De vendê amendoim.”

Todavia, sabemos que a utilização da mão-de-obra infantil se observado no montante da sociedade, refletirá a lógica do sistema social do país que claramente apresenta a criança como produtora de renda, ainda que considerada suplementar pela família. Percebemos, portanto, que os depoimentos das crianças revelam que os resultados do trabalho exercido por elas acabam demonstrando *uma estreita relação entre “vida - trabalho”, marcado principalmente, pela necessidade econômica de subsistência familiar, pela insatisfação e pelo sofrimento.*

Segundo Rodgers e Standing (1993) como foi visto ao discutirmos a criança

e o trabalho na sociedade contemporânea, as causas normalmente relacionadas com o uso da mão-de-obra infantil estão associadas às pressões culturais, as rela-

ções sociais de produção, bem como com a extensão e a natureza da pobreza. Dentro desta visão acrescentam que há fatores familiares que influenciam a participação das crianças na força de trabalho e que contribuem para que se tor-

nem trabalhadores adicionais, principalmente em ambientes familiares caracterizados pela baixa renda.

Portanto, a entrada precoce da criança no mundo do trabalho é marcada pela garantia de sobrevivência familiar, sendo sua inserção determinada pela condição da classe social a qual ela pertence. Realidade claramente exposta pelos representantes do Fórum ao dizerem

que para as famílias “pobres” restam a utilização de seus filhos no mercado de trabalho.

“é ... uma realidade pobre. Muitas famílias pobres, estão com os pais nos assentamento, as mães precisa trabalhar e essa criança fica em casa e na rua, e não tem a onde ir, não tem o que fazer. E agora? Graças a Deus novamente, qual é a alternativa correta ... o pai no assentamento, a mãe não deixa o que come, em casa não tem nada. E a criança ganha mais ou menos 10 centavos empurrando carrinho de picolé. E ainda diz graças a Deus ...” (representante do Fórum)

Em seus discursos demonstram não encontrar saídas para a erradicação do trabalho infantil. Não conseguem visualizar soluções para esta realidade, assim, até mesmo pela falta de conhecimento continuam enraizados na idéia de que o trabalho é a forma de vida mais adequada para as crianças de uma classe menos favorecida economicamente.

“agora vem o ministério do trabalho ... não pode trabalhar, e qual é a solução? Então eu tenho esse , eu tenho essa preocupação. O que que a criança não pode fazer. Porque aqui a gente não sabe, o que fazer.. Eu fico muito, eu tenho uma confusão grande, porque as leis, a lei diz uma coisa e a realidade diz outra, né?” (representante do Fórum)

Percebemos na fala de alguns participantes do Fórum uma indignação frente esta realidade imposta e que tem sido aceita por muitos, criticando até mesmo a posição do Estado em permitir que esta situação perdure para algumas crianças.

“parece que há 2 realidades, a criança carente tem que ocupar o tempo ocioso porque senão vira menor infrator. Por que esta diferença com as crianças de uma classe mais favorecida? Mesmas chances para as crianças é o que devemos lutar, o Estado não pode dizer que pobre vai ser sempre pobre e o rico tem melhores oportunidades.” (representante do Fórum)

A concepção sobre o Trabalho Infantil ligado à infância menos favorecida esteve presente em alguns momentos da história...

Tal concepção sobre o Trabalho Infantil ligado a infância menos favorecida esteve presente em alguns momentos da história, como foi relatado anteriormente, quando na época da Revolução Industrial ao seguir o lema “Façamos trabalhar mulheres e crianças!”, como relatou Marx (1978), os operários começaram a empregar suas mulheres e filhos nas indústrias, onde a utilização deste tipo de mão-de-obra correspondia a uma força de trabalho barata, portanto, valorizada pelo processo de produção industrial em favor ao despotismo do capital.

Queremos deixar claro que não é nossa proposta reportarmos a este período da história para retratar a realidade atual, até porque a sociedade e os modos de produção na época da revolução industrial eram outros, mas achamos interessante como ilustração de uma situação em que a mão-de-obra infantil era relegada a uma classe de operários que utilizavam seus filhos por 1/3 do salário de um trabalhador adulto.

Situação claramente observada na fala de um participante do Fórum ao expor sobre a utilização da criança no mercado de trabalho como uma mão-de-obra barata, aceita e justificada pela necessidade de sobrevivência daquela menos favorecida economicamente, marcando deste modo o trabalho o infantil

como consequência das desigualdades sociais.

“qual de nós aqui que temos condições colocaria o nosso filho pra trabalhar por 48 reais e 50 centavos? Acho que ninguém, nós que estamos aqui. Agora aquele coitado que precisa sobreviver...” (representante do Fórum)

A crença da necessidade da criança “pobre” no mercado de trabalho como

... a entrada no mercado de trabalho da criança “pobre” permite a inserção social no mundo, sendo que sua exclusão é considerada como um caminho marginal à sociedade.

suplemento para a subsistência familiar está aliado a idéia de preenchimento do tempo ocioso e assim *sentido como “prevenção da marginalidade”*. Para os participantes do fórum o trabalho infantil se contrapõe ao ócio e as atividades marginais, possibilitando a vigência dos valores considerados morais e éticos pela sociedade.

“a gente ainda não sabe o que fazer ... eu fico numa situação delicada, gente passando fome, gente pra te emprego, criança fica na rua que sai pedindo um bocado de arroz pra cozinhá ... e quando a criança não tem uma ocupação pra fazer, eleva para rua, ele vai chera cola ...” (representante do Fórum)

“a gente vê na televisão criança trabalhando vendendo picolé, vendendo jornal, agora só não vimos uma coisa, não vimos aqui na televisão ninguém matando...ninguém lá na Feben ... agricultura não é trabalho, agricultura é um meio de ocupação ... e nunca ouvi que criança não pode trabalhar ...”³ (representante do Fórum)

E concluem dizendo que:

“porque quando a criança que ... não trabalha ele pode as vez dá trabalho ...” (representante do Fórum)

Assim, segundo os participantes do Fórum, a entrada no mercado de trabalho da criança “pobre” permite a inserção social no mundo, sendo que sua exclusão é considerada como um cami-

nho marginal à sociedade. Diante desta questão não gostaríamos de discutir a questão segundo os termos inclusão/exclusão, o que nos parece mais um jogo de palavras. Pois como discutir a inclusão dentro de uma sociedade altamente excludente? Como aceitar a inclusão social através do trabalho infantil realizado se ele também promove exclusão de um tempo maior para o estudo, para o lazer, ou seja, da própria infância da criança trabalhadora? Segundo nos-

sa visão é importante analisar as relações sociais sem rotulá-la como exclusiva ou inclusiva, buscando compreender como a realidade através das relações sociais de trabalho implicará na relação da criança com o mundo.

Ao analisar as relações familiares diante desta questão percebemos que a família surge como incentivadora e oportunizadora do trabalho para seus filhos, muitas vezes aparecendo a crença de que importante para a garantia da não entrada da criança no mundo marginal, uma forma de proteção diante do que se pode aprender na rua.

“eu acho assim que na minha maneira, no meu jeito de pensar que eu tô ajudando eles a vê que o mundo não é do jeito que muitos tem aí, tem que trabalhar, tem que lutar pra te, sabê, chega num objetivo, né? então se eu deixar eles dentro de casa sem fazê nada, o que que vai acontece vai pra rua, e na rua sempre tem algum que oferece mais do que a gente pode oferecer ...” (família)

“Num, às vez, eu preciso sai né, nem todo dia a gente tá em casa, criança quando você tá olhando eles estão bem, mas se você, né, larga eles só, e lá com o pai dele não, outra ora eles estão bem lá com pai, outra hora eles tá aqui comigo, eu sei onde ele está, né? Eu não, eu não queria assim deixar eles assim aprende coisas do mundo assim a fumá, a

³ Esta fala foi referente a um vídeo apresentado no Fórum que mostrava algumas situações de trabalho infantil.

bebe, essas coisas né? ... Então eu prefiro assim, e se não arrumo um serviço pra eles, do que deixá eles aprendê andá com esses amigo, mal, né?" (família)

Como as crianças assimilam esses discursos sobre o trabalho infantil como prevenção da marginalidade, como abstraem estas colocações para sua própria relação com o trabalho e para si?

Por um lado, diante do Painei de figuras percebemos que nas falas das crianças são atribuídos valores positivos ao trabalho como obediência e respeito aos pais. Para Pedro o trabalho assume estes valores pelo fato de considerar estar realizando coisas boas para os pais.

C1 - Pedro: "eu gostaria que eles fizeram fizessem boa coisa pro pai deles , pa ajudar os pais o pai dele, pa não faze coisa ruim para o pai dele, e só faze coisa boa pro pai dele." (criança)

Pedro ainda relata que trabalho ao tirar a criança da rua pode prevenir o uso de drogas e também como uma espécie de conduta que é capaz de disciplinar a criança a não aprender a falar palavrões, demonstrando mais uma vez o respeito perante aos pais.

C1 - Pedro: "é ele tá ajudando o pai pra não ficar na rua pra não aprender a chera cola, não fica aprender palavrão, essas coisas que ele tá ajudando o pai por isso." (criança)

Mas, por outro lado, quando indagados sobre si próprios, pudemos observar que não fazem relação com o trabalho que realizam como forma de prevenção a marginalização. Podemos inferir que a criança não se percebe diante deste discurso, ela o repete como sendo uma fala social pronta, o que nos leva a pensar que é doloroso se ver nesta situação. Assim, ela racionaliza seu discurso, omitindo o que sente, pois não se reconhece no olhar do outro que a marginaliza.

O silêncio das crianças diante da dificuldade de expor sobre o trabalho como

prevenção da marginalidade relacionada a sua própria vida, segundo Laplane (2000) não é apenas considerado uma ausência de palavras, mas sim a presença ativa da necessidade defensiva de evitação. Quais são, portanto as conclusões possíveis em relação a atitude da criança diante desta concepção? Quais as respostas que a pesquisa pode trazer para a compreensão de como a criança abstrai para si própria esta questão? Acreditamos neste sentido que o silêncio das crianças poderá trazer detalhes preciosos para percebermos como ela sente a si própria e como são vivenciados os sentimentos sobre o trabalho em suas vidas, assim, na compreensão de sua subjetividade.

Gostaríamos de finalizar esta discussão sobre a concepção do trabalho infantil como prevenção da marginalização, utilizando o depoimento da Presidente do Fórum quando relata que esta é uma questão que não condiz com a verdade e que, portanto, deve ser desmistificada.

"Gente, pra de chamar seus filhos de prostituto e de marginal, porque não trabalha. Os meus filhos ... nunca trabalharam e não são marginal, tem 24 anos. E eu tenho 3 filhos. Porque não trabalha é marginal? Então minha gente vamos pegar toda criançada de favela, vamo por tudo pra trabalhar e nós não teremos mais marginal. Eles vão trabalhar. Eles não vão virar marginais. Nós temos que dismistificar esta questão..." (representante do Fórum)

... o silêncio das crianças poderá trazer detalhes preciosos para percebermos como ela sente a si própria...

5 Considerações finais

Esta pesquisa partiu dos pressupostos teóricos através do referencial da perspectiva sócio - histórica do desenvolvimento humano com a finalidade de

compreender e explicar a constituição da subjetividade da criança explorada no/pelo trabalho, assumindo uma concepção de que o sujeito se constitui nas relações sociais concretas.

Desse modo ao analisarmos o processo de constituição do sujeito, acreditamos que esse processo de dá através da apropriação das experiências vivenciadas e compartilhadas através das relações sociais com o outro. É, portanto, no movimento da sociedade que as relações são socialmente e historicamente construídas, promovendo diferentes modos de participação social e assim, definindo uma multiplicidade e diversificados modos de existir.

Ao estudarmos a realidade das crianças trabalhadoras, buscamos analisar suas experiências e suas relações sociais vivenciadas...

Ao estudarmos a realidade das crianças trabalhadoras, buscamos analisar suas experiências e suas relações sociais vivenciadas, com o objetivo de compreender o que pensam sobre o seu trabalho e sobre si mesmas.

Inicialmente, percebemos que a concepção do trabalho infantil está baseada nas questões referentes as desigualdades sociais em que vivemos em nosso país. Assim o trabalho aparece na vida dessas crianças e de suas famílias como uma necessidade de sobrevivência e subsistência, sendo principalmente valorizado pela renda que o mesmo proporciona.

Desse modo, observamos também que o ingresso precoce da criança no mundo do trabalho, assume e valoriza a crença de que sem ele a criança de uma classe menos favorecida economicamente, será envolvida pela marginalização, obrigando-a, portanto, a participar de atividades de trabalho, que além de

proporcionar sua subsistência e de sua família, preenche seu tempo ocioso não permitindo que se desenvolva características e atitudes não aceitas socialmente.

Nesta perspectiva, o trabalho infantil aparece na vida dessas crianças como uma possibilidade de diferenciá-los dos “marginais” inserindo-as na moral vigente da sociedade,

pois ao trabalhar estarão aprendendo valores positivos como respeito e obediência aos pais, além da idéia de proporcionar

a possibilidade de construir um futuro melhor, adquirindo responsabilidade diante da vida, o que acaba exigindo da criança uma maturidade precoce.

Na busca de compreender todo esse processo de constituição da subjetividade da criança trabalhadora, procuramos estudar como ocorre a apropriação das relações sociais compartilhadas pela criança no mundo/realidade na qual está inserida. Portanto, ao analisar como a criança se apropria enquanto sujeito social ao pertencer e participar das/nas práticas sociais, tomamos a subjetividade como algo que não se dá *apriori* e sim que se constitui através das apropriações da relação com o outro, ou seja, nas relações sociais que lhe são significativas.

A pesquisa, portanto, pretendeu compreender e explicar como a criança se expressa, se mostra e aparece no mundo, enquanto protagonistas de uma realidade social, diante do trabalho na qual se vê obrigada a realizar. Com certeza sua história auxiliará a compreensão de futuras histórias de novas personagens que enfrentarão a realidade do trabalho infantil, essa, portanto, seria talvez nossa contribuição mais preciosa de todo o trabalho escrever também algo para servir para as gerações futuras

para o entendimento de sua própria história.

O que acaba nos remetendo a alguns questionamentos e conclusões sobre nossa participação e sobre a nossa existência, a fim de descobrirmos quem somos e quem estamos nos tornando, como

conhecemos o mundo e como nos reconhecemos nele? Enfim vamos nos constituindo e estamos construindo as coisas ao nosso redor, somos modificados pela história e ao mesmo tempo somos capazes de modificá-la num ciclo de constantes transformações e realizações.

REFERÊNCIAS

- BOCK, A.M. *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: Cortez, 1999.
- BONAMIGO, L. de R. *O trabalho e a Construção da Identidade: Um Estudo sobre Meninos trabalhadores na Rua*. Psicologia: reflexão e Crítica, Porto Alegre, 1996. V.9, n.1, p.129-152
- KASSAR, M. de C. M. Marcas da história social no discurso de um sujeito: Uma Contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. IN: Cadernos CEDES 50. *Relações de ensino: análise na perspectiva histórico-cultural*. 1 ed. Campinas – SP: Cedes, 2000. P41-54
- LAPLANE, Adriana Lia Frisman. *Interação e Silêncio na sala de aula*. Ijuí: Unijuí, 2000.
- MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993. 269 p.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico - filosóficos e outros textos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 220 p.
- MOLON, S. I. *A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky*. São Paulo: Puc, 1995. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. 174 p.
- REY, F.G. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioniera Tomson Learning, 2003.
- RODGERS, G; STANDING GUY. *Trabalho Infantil*. O papel econômico de crianças em países de baixa renda. Série nº 4, OIT, 1993.